



RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Vara Regional Empresarial de Porto Alegre/RS

Processo Nº 5093576-31.2022.8.21.0001

22º RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

Julho de 2024

25/10/2024

Sumário

Introdução

Sobre este Relatório 3

Cronograma Processual 4

Descrição da Recuperanda

Descrição e Histórico das Entidades 6

Estrutura Societária 7

Quadro Funcional 8

Análise Financeira

Balanco Patrimonial 9

Demonstração do Resultado do Exercício 14

Endividamento 16

Indicadores 20

Plano de Recuperação Judicial 22

Observações Finais 24

Alienação da UPI-SJT 25

Resultado dos leilões da UPI-SJT 26



Sobre este Relatório

Este Relatório Mensal de Atividades (“RMA”) reúne, de forma sintética, as informações operacionais, financeiras, econômicas e processuais da Recuperação Judicial das empresas Instituição Educacional São Judas Tadeu e Nova Era Participação, Administração e Empreendimentos Ltda. Os dados foram coletados e analisados pela RDV Administração Judicial, na qualidade de administradora judicial da empresa Recuperanda. No que tange às informações contábeis e financeiras, estas foram enviadas diretamente à Administradora Judicial e a sua análise foi complementada através de reuniões com os procuradores e representantes da Recuperanda, sendo que os dados jurídicos foram extraídos dos autos da Recuperação Judicial.

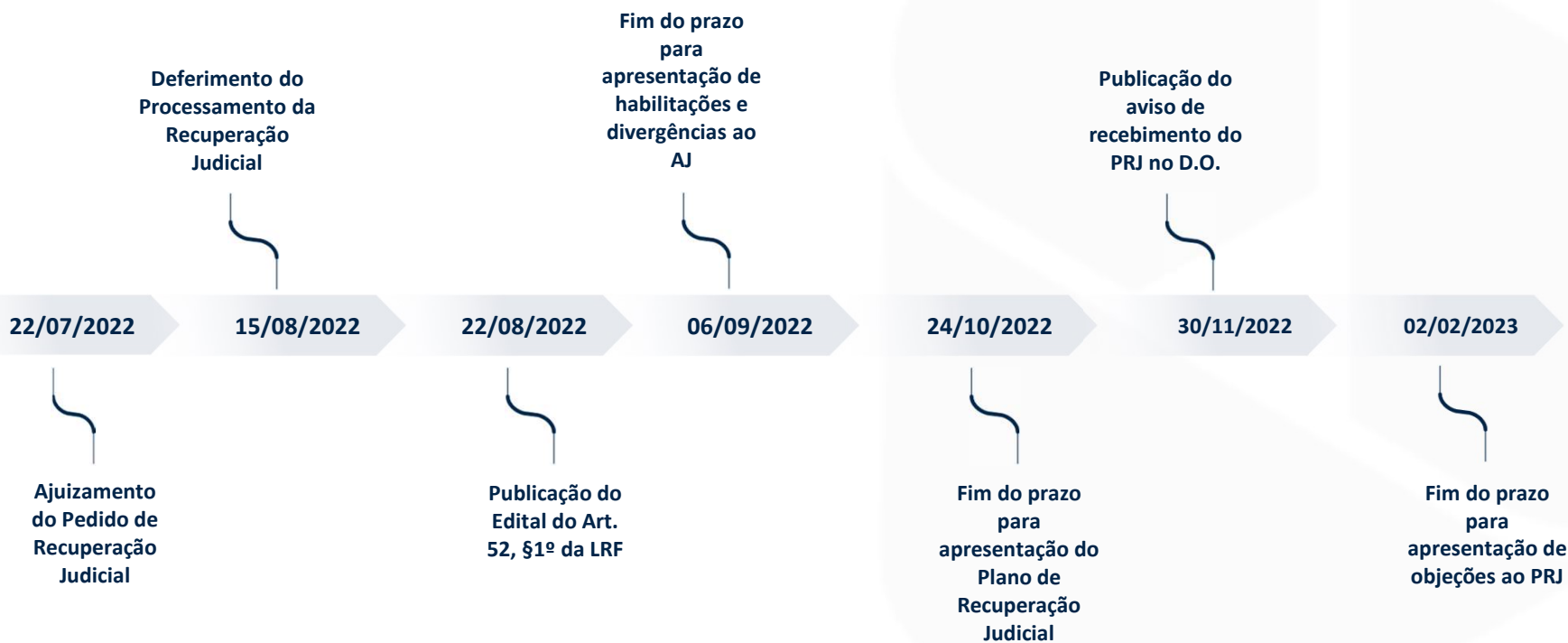
Todos os dados financeiros, contábeis, fiscais e trabalhistas fornecidos pela Recuperanda devem ser encaminhados mensalmente ao Administrador Judicial até o dia 25 de cada mês respectivo. Após o recebimento da totalidade das informações, o Administrador Judicial, depois da análise pormenorizada e o tratamento dos dados, apresenta o Relatório Mensal de Atividades – “RMA” – dentro da competência mensal.

As informações para realização deste relatório referentes ao mês de julho de 2024 foram recebidas na integralidade em 22/09/2024.

Todos os documentos que serviram de base para a elaboração deste relatório estão disponíveis para consulta, e eventuais informações adicionais ou complementares podem ser obtidas diretamente com a Administração Judicial.

Por oportuno, salienta-se que a atual responsável técnica pela contabilidade da empresa Nova Era Participação, Administração e Empreendimentos Ltda. e da Instituição Educacional São Judas Tadeu é a contadora Fabiana Silva da Silva, inscrita no CRC sob o nº RS-072539/0-6. Ainda, ressalta-se que o RMA reflete a análise técnica e contábil limitada às informações disponibilizadas pela Recuperanda, não exaustivas sobre a situação das empresas.

Cronograma Processual



Cronograma Processual



Descrição e Histórico das Entidades

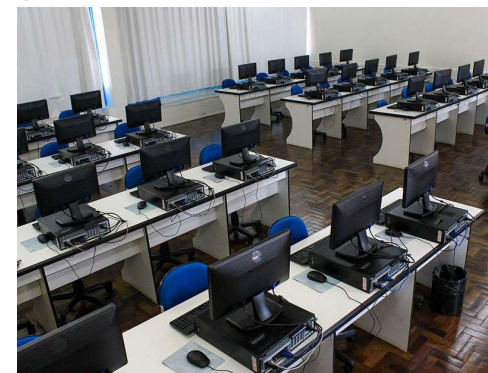
Fundada no ano de 1946, pela iniciativa de uma jovem imigrante húngara, Elisa Verinha Romak Alves, a Instituição São Judas Tadeu iniciou suas atividades com uma escola de 12 alunos. Chegando a contar com quase 200 colaboradores e cerca de 150 professores, operando em uma área física de 6,5 mil m², 37 salas de aula, 5 laboratórios de informática, ginásio poliesportivo, biblioteca, piscina semiolímpica, áreas de recreação e áreas de atividades administrativas, além de espaços físicos externos de atendimento a diversos projetos sociais.

Em 2021 mais de um terço dos estudantes abandonaram seus cursos e a inadimplência nos cursos privados também cresceu em níveis maiores que 2015, registro da última grande crise econômica no Brasil.

Entre os fatores que desencadearam a crise, pode-se citar dois que foram cruciais para esse declínio, o primeiro a grande crise econômica de 2015, e o segundo as novas instituições que invadiram o mercado gaúcho com diversos cursos online, muitas em modalidade EAD com valores muito abaixo do mercado local, gerando uma concorrência feroz.

Conforme narrado, a queda de alunos, principalmente no ensino infantil, refletiu diretamente nas receitas que sustentam o grupo. No período que antecedeu a crise, apresentou perdas econômicas expressivas, não absorvidas mesmo com ajustes na operação, obrigando a gestão buscar recursos com terceiros, se submetendo aos juros e imposições das instituições financeiras, levando ao estrangulamento do caixa.

Fonte: <<http://www.saojudastadeu.edu.br/matriculas/tour-virtual.html>>.





Estrutura Societária

Instituto Educacional São Judas Tadeu

Rua Dom Diogo de Souza, 100 – Cristo Redentor – CEP: 91350-000 – Porto Alegre/RS

CNPJ 92.968.106/0001-00

Objeto social: associação educacional privada

Diretora Presidente (50%): Andrea Valeska Mierczynski

Vice-Diretor Presidente (50%): Luiz Mierczynski Neto

Nova Era Administração e Locação de Bens Imóveis Ltda.

Rua Dom Diogo de Souza, 100 – Cristo Redentor – CEP: 91350-000 – Porto Alegre/RS

CNPJ 87.065.942/0001-36

Objeto social: aluguel de imóveis próprios

Sócia-Administradora (61%): Sandra Diamantina Mierczynski

Sócia-Administradora (13%): Adriana Mierczynski

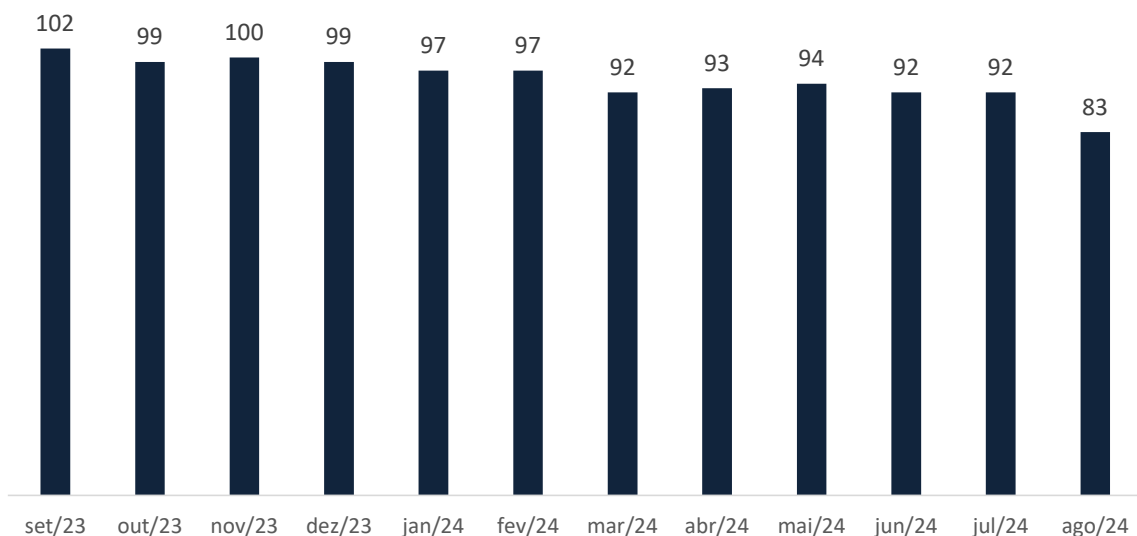
Sócio-Administrador (13%): Luiz Mierczynski Neto

Sócia (13%): Andrea Valeska Mierczynski

Quadro Funcional

A empresa São Judas realizou quatro admissões e treze demissões em agosto/24, encerrando o período com 83 funcionários, sendo 7 afastados e 33 autônomos (RPA ou nota fiscal). O pró-labore mensal é de R\$ 7.000,00, contudo, conforme relatado pelas Recuperandas, em razão de bloqueios judiciais nas contas correntes da empresas, houve retenção dos valores disponíveis nas contas dos sócios, com previsão de devolução para a empresa. As movimentações são registradas em débitos com administradores (Pessoas Ligadas) do ativo não circulante.

Funcionários Ativos



Composição de Ordenados e Salários a Pagar - Jul/24

Provisão 13º salário	749.946
Rescisões	454.539
Salários a professores	314.327
Provisão de férias	228.799
Salários a funcionários	141.624
Autônomos	88.418
Férias	42.654
Pró-labore	33.663
Pensão alimentícia	9.018
Mensalidades desc. folha	(372)
Total	2.062.616,06



Balço Patrimonial

São Judas Tadeu (em R\$)

	São Judas Tadeu		
	Mai/24	Jun/24	Jul/24
Ativo	11.741.019	11.692.418	11.656.852
Circulante	5.806.794	5.765.189	5.735.211
Disponível	108.129	71.090	36.992
Créditos	5.684.047	5.681.170	5.684.467
Valores a receber	5.669.150	5.671.851	5.666.439
Adiantamentos a Fornecedores	14.897	9.319	18.029
Estoques	14.617	12.930	13.751
Não circulante	5.934.226	5.927.228	5.921.641
Realizável a longo prazo	549.502	554.503	560.350
Partes Relacionadas	115.959	115.959	115.959
Bloqueios Judiciais	433.543	438.544	444.391
Investimento	2.885	2.885	3.432
Imobilizado	767.319	755.321	743.339
Intangível	4.614.519	4.614.519	4.614.519

	São Judas Tadeu		
	Mai/24	Jun/24	Jul/24
Passivo	13.722.524	14.125.910	14.534.647
Circulante	12.607.492	13.076.754	13.460.921
Obrigações trabalhistas	8.056.286	8.314.874	8.599.979
Obrigações tributárias	2.442.709	2.534.858	2.613.436
Fornecedores	1.015.771	1.057.992	1.109.132
Empréstimos e financiamentos	1.092.727	1.169.030	1.138.374
Não circulante	83.602.627	83.536.751	83.562.430
Obrigações tributárias	77.304.597	77.304.597	77.304.597
Recuperação Judicial	6.135.670	6.135.670	6.110.732
Receitas antecipadas	162.360	96.484	147.101
Patrimônio líquido	(82.487.596)	(82.487.596)	(82.488.704)
Capital social	4.832.491	4.832.491	4.832.491
Prejuízos acumulados	(87.320.086)	(87.320.086)	(87.321.195)



Balanço Patrimonial

São Judas Tadeu

Ativo

Disponibilidades (R\$ 36.992,14): corresponde ao valor de contas bancárias, ratificados pelos extratos bancários enviados com exceção da conta no Banco Topázio, que não teve seu documento enviado. Os recebimentos são referentes às mensalidades de contratos dos alunos, enquanto os principais pagamentos são com salários, securitizadoras e empréstimos. Entre junho e julho/24 apresentou decréscimo de 48% (R\$ 34,1 mil).

Valores a receber (R\$ 5.666.438,76): compreende, principalmente, valores a receber de mensalidades (R\$ 5,1 milhões), além das empresas de financiamentos estudantis que, em sua maioria, são do FIES, no montante de R\$ 552,8 mil.

Estoques (R\$ 13.751,44): rubrica composta exclusivamente por materiais de almoxarifado.

Realizável a longo prazo (R\$ 560.350,48): refere-se a valores de mútuo no total de R\$ 116 mil com a empresa São Judas, empresa vinculada ao grupo que atualmente se encontra com a situação cadastral suspensa. A conta também é composta por bloqueios judiciais na monta de R\$ 444,4 mil, referentes a 5 processos trabalhistas (R\$ 199,6 mil), outros bloqueios (R\$ 238,9 mil) e cartão – bloqueio penhora judicial (R\$ 5,9 mil).

Investimentos (R\$ 3.432,07): compreendem títulos de capitalização junto ao Banrisul (R\$ 17,9 mil), consórcio com o Banrisul (-R\$ 24,9 mil), além de participações societárias (R\$ 10,5 mil), que não apresentam movimentações desde 2021. Rememora-se o acerto entre contas referente aos saldos de capitalização e consórcio com o Banrisul devido a lançamentos indevidos realizados em 11/11/2022, ocasionando redução no saldo de Investimentos com essa instituição financeira em março/24.

Imobilizado (R\$ 743.338,74) e Intangível (R\$ 4.614.519,37): A única variação observada no período diz respeito à depreciação de R\$ 11.982,04 no imobilizado.



Balanço Patrimonial

São Judas Tadeu

Passivo

Obrigações Trabalhistas (R\$ 8.599.979,22): corresponde especialmente às obrigações previdenciárias (R\$ 6,5 milhões), que apresentaram aumento de R\$ 172 mil entre junho e julho/24, devido principalmente ao saldo de INSS a Recolher (R\$ 5,3 milhões). É composta, também, por FGTS a Recolher (R\$ 1,1 milhão), Provisão de 13º Salário (R\$ 749,9 mil), Rescisões a Pagar (R\$ 454,5 mil), Salários a Pagar Professores (R\$ 314,3 mil), além de outras rubricas de menor monta.

Obrigações Tributárias (R\$ 79.918.033,76): contempla, em sua maioria, valores de dívida ativa com a PGFN alocados no longo prazo no montante de R\$ 77,3 milhões, enquanto no curto prazo os valores se referem, principalmente, a IRRF (R\$ 1,3 milhão), ISSQN (R\$ 682 mil) e COFINS (R\$ 415,1 mil). Entre junho e julho/24 a conta apresentou aumento de R\$ 78,6 mil, devido especialmente aos saldos de IRRF, ISSQN e COFINS. Atualmente a empresa não possui parcelamentos ativos, tendo em vista que todos foram rescindidos.

Fornecedores (R\$ 1.109.131,59): abrange principalmente valores devidos à Nova Era (R\$ 252,6 mil), com correspondência exata no ativo dessa, e fornecedores a pagar (R\$ 855,4 mil).

Empréstimos e Financiamentos (R\$ 1.138.374,08): é composto por débitos no curto prazo junto à Seja Securitizadora S.A. (R\$ 1,1 milhão), referentes a antecipações de títulos, e por empréstimo consignado junto ao Santander (R\$ 9,9 mil). Demonstrou redução de R\$ 30,7 mil no período, em razão do saldo com a Seja Securitizadora S.A.

Recuperação Judicial (R\$ 6.110.732,41): rememora-se que essa conta se apresentava zerada até novembro/23, demonstrando aumento de R\$ 6,5 milhões em dezembro/23, em razão das realocações dos saldos de Obrigações Trabalhistas, Fornecedores e Empréstimos e Financiamentos. Apresentou redução de R\$ 24,9 mil no período, referente a pagamento de Credores Trabalhistas.



Balço Patrimonial

Nova Era (em R\$)

	Nova Era		
	Mai/24	Jun/24	Jul/24
Ativo	3.269.508	3.264.669	3.259.250
Circulante	252.177	253.424	279.019
Disponível	94	37	328
Créditos	252.084	253.387	278.691
Não circulante	3.017.331	3.011.245	2.980.231
Realizável a longo prazo	2.948.569	2.942.483	2.911.469
Pessoas ligadas	2.923.641	2.917.555	2.911.469,10
Bloqueio judicial	24.927	24.927	-
Investimentos	68.762	68.762	68.762

	Nova Era		
	Mai/24	Jun/24	Jul/24
Passivo	3.270.968	3.282.964	3.283.607
Circulante	10.333.368	10.379.263	70.189
Obrigações tributárias	10.325.836	10.329.353	22.921
Credores diversos	7.531	49.910	47.268
Não circulante	176.550	176.550	10.486.256
Obrigações tributárias	-	-	10.309.706
Recuperação Judicial	176.550	176.550	176.550
Patrimônio líquido	(7.238.949)	(7.272.848)	(7.272.838)
Capital social	7.025	7.025	7.025
Reserva de capital	475	475	475
Prejuízos acumulados	(7.246.448)	(7.280.347)	(7.280.337)



Balanço Patrimonial

Nova Era

Ativo

Disponível (R\$ 328,01): corresponde ao valor em conta bancária do Banrisul, com saldo ratificado pelo extrato bancário enviado. A empresa recebeu no mês o valor total de R\$ 5.170,00 e realizou transferências que totalizaram R\$ 4.879,00.

Créditos (R\$ 278.691,42): o saldo em aberto se refere principalmente a valores a receber da Instituição São Judas Tadeu, no total de R\$ 252,6 mil.

Pessoas ligadas (R\$ 2.911.469,10): diz respeito a valores a receber dos administradores da empresa (R\$ 1,8 milhão) e dos sócios (R\$ 1,1 milhão), em razão de empréstimos contraídos por estes com a Recuperanda. Destaca-se que essa conta representou 89,3% do total do ativo da empresa em julho/24. Conforme relatado pela empresa, os valores aqui transacionados ocorrem em virtude de bloqueios judiciais nas contas da empresa, de forma que os valores disponíveis são retidos pelos sócios para posterior devolução.

Passivo

Obrigações Tributárias (R\$ 10.332.627,39): representaram 97,9% do passivo da empresa (desconsiderando-se o patrimônio líquido) em julho/24. Se verificou a reclassificação do montante de R\$ 10,3 milhões para o longo prazo, relativo a dívida ativa com a PGFN, restante apenas R\$ 22,9 mil no passivo circulante.

Recuperação Judicial (R\$ 176.549,51): foi criada em dezembro/23, comportando os valores de R\$ 156 mil relativos a Credores Financeiros, e R\$ 20,5 mil de Credores Fornecedores.

Patrimônio Líquido (-R\$ 7.272.848,82): se apresentou negativo em razão dos prejuízos acumulados pela empresa no valor de R\$ 7,3 milhões.

Demonstração do Resultado do Exercício

São Judas Tadeu (em R\$)

	São Judas Tadeu		
	Mai/24	Jun/24	Jul/24
Receita bruta	799.187	793.448	689.228
Deduções	(123.080)	(113.265)	(99.717)
Receita operacional líquida	676.106	680.183	589.510
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	-	-	-
Lucro bruto	676.106	680.183	589.510
Despesas operacionais	(712.898)	(765.846)	(653.539)
Despesas gerais e administrativas	(83.373)	(75.389)	(74.809)
Outras receitas/despesas operacionais	1.000	(1.000)	-
Lucro/prejuízo antes do resultado financeiro	(119.165)	(162.052)	(138.838)
Receitas financeiras	285	3.421	1.753
Despesas financeiras	(283.760)	(293.357)	(307.219)
Lucro/prejuízo antes do IR e da CSLL	(402.640)	(451.988)	(444.303)
IR e CSLL	-	-	-
Lucro/prejuízo do exercício	(402.640)	(451.988)	(444.303)

Entre junho e julho/24, o faturamento bruto apresentou redução de 13,1%, totalizando R\$ 689,2 mil, obtidos das mensalidades pagas. As despesas operacionais representaram 94,8% da receita bruta no período. Após o cômputo das despesas financeiras, as quais totalizaram R\$ 307,2 mil e têm como seu maior valor os descontos fornecidos nas mensalidades, a empresa auferiu prejuízo líquido de R\$ 444,3 mil. A Recuperanda acumulou resultado negativo de R\$ 2,9 milhões em 2024 até julho.

Demonstração do Resultado do Exercício

Nova Era (em R\$)

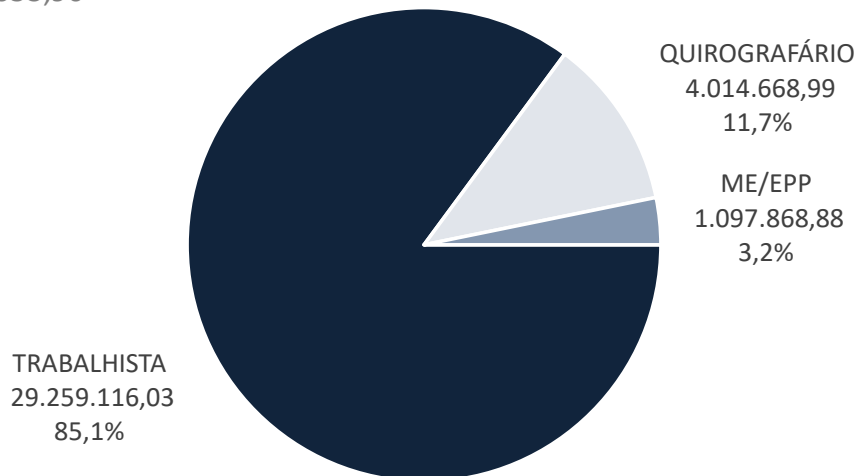
	Nova Era		
	Mai/24	Jun/24	Jul/24
Receita bruta	2.511	3.050	6.670
Deduções	(232)	(282)	(617)
Receita operacional líquida	2.279	2.768	6.053
Custo dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(8.400)	(8.400)	(8.400)
Lucro bruto	(6.121)	(5.632)	(2.347)
Despesas gerais e administrativas	(2.714)	(12.214)	(3.595)
Lucro/prejuízo antes do resultado financeiro	(8.835)	(17.846)	(5.942)
Receitas financeiras	-	-	-
Despesas financeiras	(315)	(69)	(119)
Lucro/prejuízo antes do IR e da CSLL	(9.150)	(17.915)	(6.061)
IR e CSLL	-	1.079	-
Lucro/prejuízo do exercício	(9.150)	(16.835)	(6.061)

A receita bruta da Recuperanda perfaz R\$ 6,7 mil obtidos de aluguéis. Os custos da empresa são compostos por pró-labore e INSS, no valor de R\$ 8,4 mil mensais. Após o cômputo das despesas administrativas, o faturamento não foi suficiente para a cobertura dos custos somados às despesas, resultando em prejuízo líquido de R\$ 6,1 mil. No acumulado dos primeiros sete meses de 2024 a Recuperanda apresentou prejuízo líquido de R\$ 24,4 mil.

Endividamento

Passivo RJ | Art. 7º (em R\$)

34.371.653,90



Observa-se, conforme informações prestadas no Processo nº 5093576-31.2022.8.21.0001, que a classe com maior representatividade de valor era a Trabalhista, representando 85,13% do passivo concursal total. A Classe III - Quirografários representava 11,68% e a Classe IV – ME/EPP, 3,19% em relação ao valor do passivo concursal total. Destaca-se que os valores expostos estão de acordo com o edital do art. 7º, §2º da Lei 11.101/2005.

Maiores credores		Classe	Valor (R\$)
Sindicato dos Professores do Estado do RS		TRABALHISTA	14.214.641
Sindicado dos Trab. Admin. Escolar RS (SINTAE)		TRABALHISTA	1.084.466
Banco Santander		QUIROGRAFÁRIO	940.268
Jamair Administradora de Bens		QUIROGRAFÁRIO	860.651
Graziela Ervalho Loureiro dos Santos		TRABALHISTA	495.887

Classe	% da Classe	Valor (R\$)
TRABALHISTA	85,13%	29.259.116
QUIROGRAFÁRIO	11,68%	4.014.669
ME/EPP	3,19%	1.097.869
TOTAL	100,0%	34.371.654

Endividamento

Passivo Extraconcursal

Dentre o montante relacionado na contabilidade como passivo tributário em julho/24 (R\$ 96.615.857,90), a dívida ativa – PGFN (R\$ 87,6 milhões) apresentou maior representatividade ante o todo. Não havia parcelamentos ativos. Não foram identificados pagamentos na empresa São Judas na competência, enquanto na Nova Erra ocorreu a reclassificação do montante de R\$ 10,3 milhões para o longo prazo, conforme já mencionado.

São Judas Tadeu	Jul/24
PREVIDENCIÁRIO - PGFN	51.608.205,93
DEMAIS DÉBITOS - PGFN	20.883.815,12
FGTS - PGFN	4.812.576,35
INSS A RECOLHER	5.296.188,36
IR S/FOPAG A RECOLHER	1.252.586,28
FGTS A RECOLHER	1.109.979,43
ISSQN S/ FAT A RECOLHER	598.881,14
COFINS S/ FAT A RECOLHER	415.119,29
PIS S/ FAT A RECOLHER	89.942,51
ISSQN RETIDO A RECOLHER	83.123,45
PIS S/FOPAG A PAGAR	77.566,40
PIS/COFINS/CSLL A RECOLHER	41.284,01
IRRF A RECOLHER	11.931,70
INSS RETIDO A RECOLHER	2.030,54
TOTAL	86.283.230,51

Nova Era	Jul/24
DÉBITOS PGFN	10.309.706,47
INSS A RECOLHER	15.190,00
COFINS S/ FATURAMENTO	5.135,92
PIS S/ FATURAMENTO	1.115,05
IR S/ FOPAG A RECOLHER	1.006,67
IRPJ A RECOLHER	295,80
CSLL A RECOLHER	177,48
TOTAL	10.332.627,39

Passivo Tributário (Consolidado)



Endividamento

Passivo Extraconcursal

Ainda no que se refere ao passivo tributário, as empresas forneceram planilha referente a 30/09/2024, na qual constava o saldo atualizado de R\$ 108,4 milhões na São Judas Tadeu, e de R\$ 9,8 milhões na Nova Era.

São Judas Tadeu	Valor Principal	Valor Atualizado
RECEITA FEDERAL DO BRASIL	2.128.370	2.128.370
PGFN DEMAIS DÉBITO	3.895.069	15.626.287
PGFN PREVIDENCIÁRIO	36.388.910	89.993.999
ISSQN	625.196	625.196
TOTAL	43.037.545	108.373.851

Nova Era	Valor Principal	Valor Atualizado
RECEITA FEDERAL DO BRASIL	48.005	48.005
PGFN DEMAIS DÉBITO	1.317.157	4.324.707
PGFN PREVIDENCIÁRIO	1.586.918	4.449.101
IPTU	1.002.802	1.002.802
TOTAL	3.954.881	9.824.614

Endividamento

Passivo Extraconcursal

A partir de planilha de contas a pagar fornecida pelas empresas, com posição de 30/09/2024, demonstramos abaixo o passivo extraconcursal das Recuperandas, contemplando títulos vencidos e vincendos.

Débitos Extraconcursais (Posição 30/09/2024)	
Credor	Valor (R\$)
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENE	2.944,08
ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA	13.987,72
BANRISUL S/A ADMINISTRADORA DE C	18.939,72
BLACKBOARD BRA SERV TEC EDUC.LTD	20.833,30
CAM.DIRIGENTES LOJISTAS NOVO HAM	1.014,20
CARTÃO CRÉDITO BANRISUL S/A	1.169,25
CENTRO CLINICO GAUCHO LTDA	6.814,59
CESAR PERES DULAC MULLER ADVOGAD	846.719,61
COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇ	7.346,45
DIONATAN ANACLETO AJARDO 0229819	45,00
DMAE	226.276,20
EDENRED SOL.DE PGTOS.HYLA S.A.	4.152,41
FABRICA DO EXPRESSO MAQ.DE CAFÉ	140,00
GFARIAS EDUCACAO LTDA - EPP	767,67
GRUPO A EDUCACAO S/A	24.642,16
H MIDIA LOCACAO E COMERCIO LTDA	1.960,00
ITAUCARD BUSINESS	2.662,84
JOSE CARLOS BIGNETTI	1.076,10
LEARNING TECHNOLOGIES GROUP BRA	19.791,64
MARCIA SUSSENBACH ALMEIDA-SOC.IN	7.000,00
MILLENIUM TEC RELOGIO PTO.CONTR	322,46
MINHA BIBLIOTECA LTDA.	1.473,00
MIRAR CONTABILIDADE SS	312.000,01
MONDADORI FARIAS ORONoz ADVOGAD.	681,70
NOVA ERA PARTICIPAÇÃO ADM EMPREE	362.275,00

Débitos Extraconcursais (Posição 30/09/2024)	
Credor	Valor (R\$)
PERSEUS TECNOL.DA INFORM.S.A.	4.473,47
PONTO SOFT EQUIPAMENTOS LT-ME	557,71
RDV ADM.FALENCIAS RECUPERACOES J	15.016,00
RECH INFORMATICA LTDA	7.277,58
REEMBOLSO	13.378,12
RIO GRANDE CAPITALIZACAO S.A.	16.800,00
RUDNEI DE OLIVEIRA COSTA	1.077,93
SIND DOS TRAB EM ADM ESCOLAR RGS	3.785,11
SINDICATO DOS PROFESSORES DO RS	34.495,38
VIP ELEVADORES LTDA	185,88
HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS N/M - MARCIA SUSSENBACH DE ALMEIDA	51.804,00
Líquido folha Jul/24	377.430,91
Líquido folha Ago/24	351.711,08
Rescisão a Pagar	546.450,92
2ª Parcela 13ª/2022	163.712,27
13ª Salário/2023	243.180,09
ANTECIPAÇÃO TÍTULOS	956.823,76
TOTAL	4.673.195,32

Destaca-se a remuneração da Administração Judicial, que não vem sendo adimplida. O montante de R\$ 15.016,00 corresponde às parcelas em atraso, sendo o valor total em aberto de R\$ 1.040.108,38.

Indicadores

Liquidez

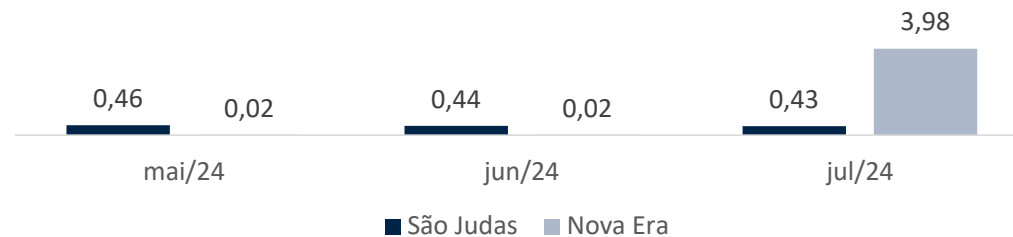
Conforme Assaf Neto (Estrutura e Análise de Balanços, 12ª ed., 2010) temos que os indicadores de liquidez demonstram a capacidade financeira de uma entidade em honrar seus compromissos. A liquidez corrente evidencia o montante disponível no curto prazo para cada R\$ 1,00 de dívida no curto prazo. A liquidez seca faz o mesmo cálculo, deduzindo-se os estoques e as despesas antecipadas, visando demonstrar a representatividade de itens monetários de alta liquidez para saldar suas dívidas de curto prazo. Por fim, a liquidez geral realiza esse mesmo comparativo analisando os ativos e passivos de curto e longo prazo. Temos:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

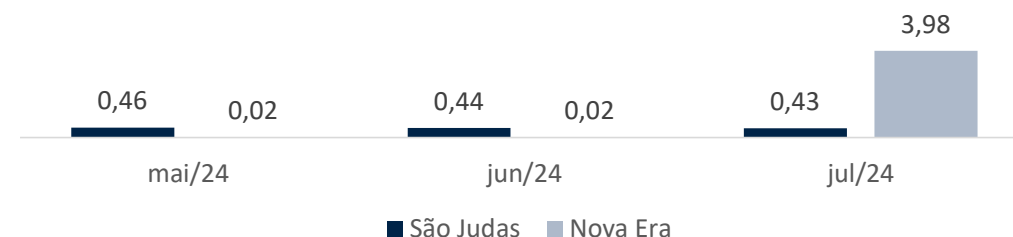
$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques} - \text{Despesas Antecipadas}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

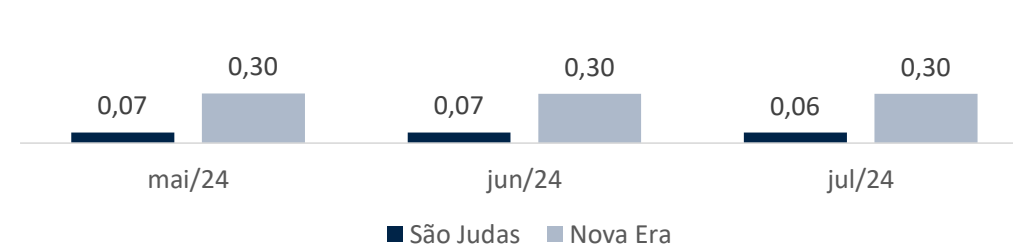
Corrente



Seca



Geral



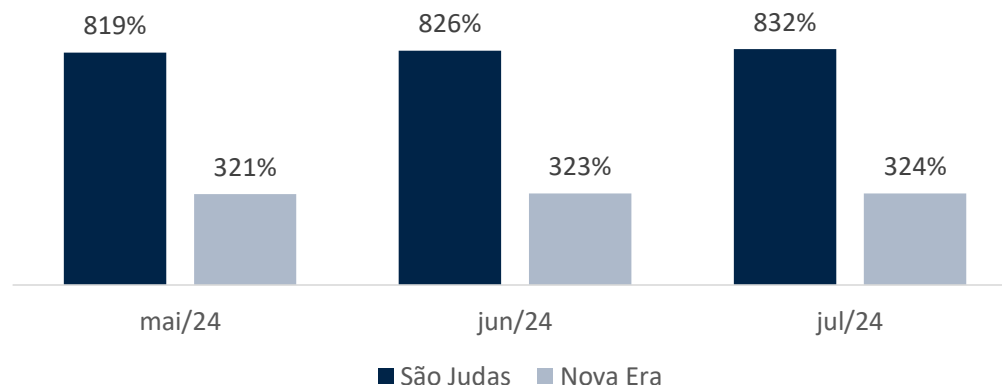
Indicadores

Endividamento

De acordo com Málaga (Análise de Demonstrativos Financeiros e da Performance Empresarial, 3ª ed., 2017) se estabelece que a proporção de capital de terceiros sobre os recursos totais poderá ser medida através do índice de endividamento, indicando o percentual de financiamento de terceiros para cada R\$ 100,00 de capital próprio investido. A Administração Judicial destaca que a interpretação desse indicador pode se distorcer quando o valor do patrimônio líquido for negativo, como é recorrente para empresas em Recuperação Judicial. Temos:

$$\text{Índice de Endividamento} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

Índice de Endividamento



Plano de Recuperação Judicial

Proposta de Pagamento (Valores em R\$)

O Modificativo ao PRJ (Plano de Recuperação Judicial) prevê a alienação de UPI (Unidade Produtiva Isolada) na forma do imóvel onde está situada a faculdade e o colégio, obrigando-se o comprador a absorver 50% dos colaboradores ativos, pelo valor mínimo de R\$ 18.500.000,00 através de leilão. Do valor arrematado, 30% será destinado ao parcelamento de débitos fiscais, caso tais recursos não sejam utilizados para tal fim, serão destinados para o pagamento de credores da Classe I. A Recuperanda prevê utilização de aproximadamente R\$ 5.000.000,00 para pagamento de demais débitos extraconcursais. Feitas as retenções para o pagamento do passivo extraconcursal, 90% do saldo remanescente será destinado ao pagamento da classe I e 10% para os credores da classe III e IV. Os pagamentos remanescentes deverão ser realizados em até um ano da homologação do PRJ.

Em 19/12/2023 foi concedida a Recuperação Judicial, homologando o Plano de Recuperação Judicial.

CONDIÇÕES DO PLANO				
Classe	Valor RJ	Pagamento	Ordem de prioridade	Forma de recebimento
Classe I - Trabalhista	90% do saldo remanescente	O valor total será dividido pela quantidade de credores arrolados (naquele momento) na classe I. Os pagamentos serão realizados de acordo com a ordem de prioridade estabelecida. A diferença entre o valor individual do rateio e o valor do crédito liquidado será lançada como saldo para o rateio seguinte, obedecendo as mesmas regras anteriores.	1º Créditos de natureza estritamente salarial vencidos nos 3 meses anteriores ao pedido de recuperação judicial até o limite de 5 salários mínimos	Em até 30 dias a contar do primeiro depósito referente à arrematação da UPI
			2º Todos os credores cujo valor seja igual ou inferior ao montante do rateio	Prazo de 01 ano após a homologação do PRJ.
			3º O credor cujo crédito foi superior ao valor do rateio receberá até o limite do rateio.	Prazo de 01 ano após a homologação do PRJ.



Plano de Recuperação Judicial

Proposta de Pagamento (Valores em R\$)

CONDIÇÕES DO PLANO						
Classe	Valor RJ	Subclasse	Deságio	Prazo	Periodicidade	Correção
Classe III – Quirografários E Classe II – ME/EPP	10% do saldo remanescente	Financeiros	60%	Até 36 meses	Parcela única	TR + 0.5% a.a..
		Demais	95%	Até 36 meses	Parcela única	TR + 0.5% a.a.



Observações finais

No quadro abaixo é possível identificar o status de alunos matriculados nas instituições de ensino. Destaca-se que as empresas informaram que não deverão disponibilizar novas matrículas no semestre seguinte, caso não consigam obter êxito na alienação da UPI, conforme PRJ.

Alunos Matriculados na Faculdade	Jul/24
Direito	77
MBA	27
Administração EAD	27
Ciências contábeis EAD	25
Pós-especialização	17
Pedagogia EAD	13
Administração	12
Ciências contábeis	3
Total	201

Alunos Matriculados na Escola	Jul/24
Ensino fundamental 1	122
Ensino fundamental 2	94
Ensino médio	89
Educação infantil	7
Total	312



Alienação da UPI-SJT

Exclusivamente de forma eletrônica no site: www.peterlongoleiloes.com.br.

1º Leilão 26/06/2024

1º Leilão: somente online: 26 de junho de 2024, fechamento às 16h.

Lance Mínimo: R\$ 24.109.873,71 (vinte e quatro milhões, cento e nove mil, oitocentos e setenta e três reais e setenta e um centavos), somente pelo valor da avaliação.

2º Leilão 11/07/2024

2º Leilão: somente online: 11 de julho de 2024, fechamento às 16h.

Lance Mínimo: R\$ 18.500.000,00 (dezoito milhões, quinhentos mil reais).



Resultado dos leilões da UPI-SJT

Apesar do trabalho de pesquisa e publicidade realizado pelo leiloeiro, o leilão registrou um resultado negativo devido à ausência de licitantes.

O leiloeiro apresentou parecer destacando as características e particularidades que foram determinantes para a definição do valor de avaliação, entre as quais se destacam:

18-Entre os principais (entre tantos outros) fatores que são importantes para se chegar ao valor de venda para o complexo ora sob exame, impera o Valor de Desmonte, que é aquele que afeta nos casos em que os bens aqui tratados da maneira como atualmente se apresentam **não oferecem justificada atratividade econômica.**

19-Tudo cria óbices na motivação dos eventuais compradores, ao ponto de os próprios eventuais arrematantes desinteressarem-se, a não ser por razões que de alguma forma os possam motivar. Acacia e obviamente a melhor motivação para a aquisição de bens em leilões é o preço adequado. E aí entra uma das mais poderosas leis de mercado, a da oferta e da procura, onde o valor atribuído a um determinado bem está diretamente vinculado à sua utilidade.

O exposto acima é resultado de inúmeras conversas com diversos contatos, uma vez que, nas presentes condições de oferta, o interesse de possíveis compradores é significativamente comprometido.

Decisão sobre a alienação da UPI-SJ

Na data de 22/10/2024, o MM. Magistrado proferiu despacho nos autos da recuperação judicial, autorizando, entre outras determinações que se colacionam a seguir, o leiloeiro a continuar recebendo propostas até o prazo final para pagamento dos credores trabalhistas, previsto para 19/12/2024 (Evento 821).

DESPACHO/DECISÃO

ACOLHO o parecer favorável do MPRS do **evento 819, PROMOÇÃO1** ao deferimento dos pedidos da recuperanda formulados no **evento 809, PET1** e pela administração judicial no **evento 812, PET1** e DETERMINO o que segue:

1. AO LEILOEIRO

1.1 INTIME-SE o senhor leiloeiro da recusa quanto à oferta de arrematação apresentada no evento **797.1**, informando, no mesmo ato, o valor mínimo compreendido pelas recuperandas como aceitável para arrematação (R\$ 13.700.000,00).

1.2 AUTORIZO o leiloeiro a continuar recebendo propostas até o prazo final para pagamento dos credores trabalhistas (19/12/2024) previsto no plano de recuperação, observadas as seguintes diretrizes.

1.2.1 Considerando o encerramento do prazo do leilão, aportando quaisquer novas propostas inferiores a R\$ 18.500.000,00 e superiores a R\$ 13.700.000,00 devem ser submetida a este Juízo para apreciação para fins de oportunizar a manifestação das recuperandas.

1.2.2 Propostas superiores a R\$ 18.500.000,00 não dependerão do aceite das devedoras, tendo-se em vista a sua previsão do plano de recuperação, devendo ser encaminhadas diretamente ao juízo para a homologação da venda.